

## **NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE ÀS MINISTRAS**

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres – CNDM, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.412, de 25 de março de 2008, cuja finalidade é formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de Políticas Públicas de igualdade de gênero, nós, mulheres conselheiras, reunidas na Primeira Reunião Extraordinária de 2023, vimos a público declarar apoio e solidariedade às Ministras Sonia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas; Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Nísia Trindade, do Ministério da Saúde; Daniela Carneiro, do Ministério do Turismo e à Presidenta da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano.

Temos visto os mais diferentes métodos para atacá-las, quer reivindicando seus cargos, quer fragilizando tecnicamente suas pastas. O fato é que há ataques porque são mulheres. Ataques movidos por interesses patrimonialistas e violência misógina, na mais pura expressão da violência política contra a mulher.

Esses ataques geram prejuízos não só para a representatividade de gênero no governo, mas também à própria sociedade, à história de nosso país e a sua imagem no plano internacional, pois o grande feito histórico do Brasil de criar um Ministério para desenvolver políticas de interesse de seus povos originários, nomeando duas mulheres indígenas para dirigir o Ministério, Sonia Guajajara e Joenia Wapichana na FUNAI, corre o risco de se tornar um ato meramente formal, burocrático e, portanto, medíocre quando se esvazia as prerrogativas desse Ministério.

A pasta do Meio Ambiente, dirigida pela Ministra Marina Silva, mundialmente respeitada como liderança da área, foi fragilizada no Congresso Nacional com a retirada de órgãos e sistemas fundamentais para a política ambiental, em um momento em que o mundo enfrenta uma crise climática que pode exterminar a vida no planeta.

A política do turismo de um dos países mais ricos em natureza e diversidade étnico-racial e cultural, que está sendo dirigida pela Ministra Daniela Carneiro, está em negociação e há a possibilidade de ser ocupada por um homem que cumpre medidas prescritas pela Lei Maria da Penha de proteção das mulheres em caso de violência doméstica.

A reconhecida trajetória profissional e a simbologia da retomada da ciência na construção de políticas de saúde, que a Ministra da Saúde Nísia Trindade representa estão sendo tratadas como de menor importância para o país, do que satisfazer o apetite por verbas públicas de grupos no Congresso que pouco se preocupam com a necessidade de serviços de saúde de qualidade.

A Presidência da Caixa Econômica Federal – CEF, o instrumento de políticas de fomento econômico em geral e para as mulheres, em particular, foi agente, no governo passado, de crimes contra as servidoras da casa, como assédio moral e sexual, que foram amplamente noticiados. Neste governo, alinhado com as conquistas da nossa civilização, é justo que uma mulher qualificada para a função possa ocupá-la.

Estamos atentas e mobilizadas e estamos dispostas a lutar contra a misoginia e a violência política, defendendo as nossas conquistas e as representantes dessas conquistas no primeiro escalão do governo da nossa República.

Brasília, 28 de junho de 2023.

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**